



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

DISPENSA ELETRÔNICA
Nº. 017/2026/DISPENSA/SLC/PMB

PREFEITURA MUNICIPAL
DE
BURITIS-RO

AVISO

Recomendamos aos participantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste aviso e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 9.9991-2637
Email: cpl@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
Nº 017/2026/SLC/PMB
PROCESSO ADM. N.º 523/SEMUSA/2026

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

A Prefeitura do Município de Buritis-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 01.266.058/0001-44 com sede à Rua São Lucas, nº. 2476, Setor 06, Buritis-RO, torna público que realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critérios de julgamento tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, tendo por finalidade a **Aquisição de materiais de consumo para implantação da rede lógica no imóvel provisório destinado à futura instalação de Unidade Básica de Saúde Central**. Em conformidade com o Art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 13.509/2023 e demais legislações aplicáveis, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.1. A sessão inaugural desta DISPENSA dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

LOCAL:	https://licitanet.com.br
DATA DA SESSÃO:	05/05/2026
HORÁRIO DA FASE DE LANCES:	Das 08h30min. às 14h30min. (horário de Brasília).
VALOR TOTAL ESTIMADO:	R\$ 13.639,12 (treze mil, seiscentos e trinta e nove reais e doze centavos).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	Menor Preço por ITEM
DIFERENÇA MÍNIMA ENTRE LANCES	0,5% (meio por cento)
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:	SIM
PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL	SIM

1.1.2. Os horários mencionados neste Aviso de dispensa referem-se ao horário oficial de Brasília - DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2 JUSTIFICATIVA DA DISPENSA:

1.2.1. As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

1.2.2. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

1.2.3. Desta forma, como citado, unindo a necessidade da secretaria com a existência de empresa especializada em supri-la, diante da saciedade de um dos princípios norteadores do Direito Administrativo, qual seja o Princípio da Eficiência, devendo esta estar presente em todos os atos administrativos principalmente nas licitações.

1.2.4. Para Luiz Alberto Blanchet, “a licitação é o meio pelo qual a Administração Pública deve atender as necessidades da comunidade, e, sendo que tal, deve ser um processo eficaz”, e no caso exposto, é evidente o atendimento a tais características, visto que se trata de uma contratação de pequeno valor para O Gabinete do Prefeito, visando atender aos departamentos vinculados, que prima pela eficácia dos serviços públicos.

1.2.5. Na mesma análise Vladimir da Rocha França aponta que: "O princípio da eficiência administrativa estabelece o seguinte: toda ação administrativa deve ser orientada para concretização material e efetiva da finalidade posta pela lei, segundo os cânones jurídico-administrativo."

1.2.6. O presente procedimento licitatório se enquadra na modalidade legalmente prevista pelo Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº: 14.133 de 01 de abril de 2021 e Decreto nº 12.807/2025, que aponta as normas gerais para licitações e contratos na administração pública:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

1.2.7. Ademais, os doutrinadores justificam as hipóteses de dispensa de licitação pelo fato de o custo de um procedimento licitatório ser superior ao benefício que dele poderia ser extraído, como no caso em questão uma vez que a **Dispensa de Licitação Eletrônica possui fase de disputa com lances por um período de 6 horas fazendo os licitantes a apresentar o seu menor valor possível.**

1.2.8. Da justificativa da dispensa de licitação pela secretaria solicitante:

1.2.8.1 O valor estimado da aquisição enquadra-se no limite legal para dispensa por pequeno valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tratando-se de aquisição de bens comuns, com especificações usuais de mercado, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII, da referida Lei.

1.2.8.2 A contratação decorre de necessidade administrativa imediata, considerando que o Processo Administrativo nº 2847/2025, que viabiliza a reforma do prédio da Unidade Básica de Saúde Central, encontra-se em fase de empenho, implicando na desocupação do imóvel atualmente utilizado.

1.2.8.3. Adicionalmente, o Processo Administrativo nº 1579/2026, referente à locação de imóvel para funcionamento provisório da unidade, evidencia a necessidade urgente de implantação da rede lógica, indispensável ao funcionamento dos sistemas e à continuidade dos serviços públicos de saúde.

1.2.8.4. A não aquisição dos materiais inviabiliza a operacionalização da unidade no imóvel provisório, comprometendo a prestação de serviço essencial, o que demanda celeridade na contratação, em observância aos princípios da eficiência e continuidade do serviço público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

1.2.8.5. Diante do exposto, justifica-se a adoção da dispensa de licitação eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

2.1 O objeto da presente Dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por **DISPENSA DE LICITAÇÃO de Aquisição de materiais de consumo para implantação da rede lógica no imóvel provisório destinado à futura instalação de Unidade Básica de Saúde Central.** Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.3. DAS ESPECIFICAÇÕES E DA ESTIMATIVA DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	CATMAT	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01	Canaleta em PVC rígido para passagem de cabos, dimensões mínimas 20 mm x 10 mm ou superiores, barras em comprimento padrão comercial 2m, tampa removível por encaixe, cor branca, material autoextinguível e resistente à umidade, para instalações aparentes de rede elétrica e lógica.	metros	260523 (Genérico)	300	R\$ 9,47	R\$ 2.841,00
02	Tomada RJ45 fêmea: Padrão da tomada: RJ45 – Categoria 6 (Cat.6) Tipo: Conjunto montado (placa + módulo) Formato: 4x2 Quantidade de pontos: 01 ponto de rede Cor: Branca Material: Termoplástico de alta resistência, autoextinguível Fixação:	UND	299556 (Genérico)	40	R\$ 18,50	R\$ 740,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

	Parafusos padrão para caixa 4x2					
03	Conector RJ45 Vazado Pass Through, Cat5e/Cat6, 8P8C, Transparente. Padrões: T568A e T568B	UND	375963 (Genérico)	1000	R\$ 1,36	R\$ 1.360,00
04	Cabo de rede cat5e * cabo para rede, com a Seguinte especificação Mínima: * cabo u/utp cat5e para uso Em aplicações fast ethernet (100base-tx, 100base-t4), Gigabit ethernet (1000base t), Atm -155 (utp), 10base - t, * token ring. * ser constituído por 4 pares De condutores sólidos 24awg De cobre * atender as normas: ansi/tia - 568.2 -d, anatel, abnt nbr 14703, 14705, 14565, iec 60332 – 3 -25 Retardância a chama, iec 61034 Densidade de fumaça e toxidez dos Gases, nbr 12139 * produto deverá ser Homologado pela anatel * possuir revestimento Externo lszh (low smoke Zero halogen) * ser compatível com poe (CAIXA	414784 (Genérico)	03	R\$ 1.501,24	R\$ 4.503,72





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

	leee 802.3af) e poe+ (ieee 802.at), • não será aceito cabo com Condutor composto tipo Cabo cftv * deverá ser entregue em Caixa com 305 metros					
05	Fita adesiva dupla face, material em espuma, acrílica ou equivalente, largura mínima 12 mm, comprimento mínimo 2 m por rolo, alta aderência em superfícies lisas (PVC, metal, madeira e alvenaria), uso interno, cor branca ou transparente.	ROLO	463240 (Genérico)	20	R\$ 13,35	R\$ 267,00
06	Alicate cabo de rede Alicate Multifuncional Crimpagem Vazado Rj45/rj11/12 Cat7 Ajuste para categorias entre Cat7 e Cat6E / Cat5E Modelos de conectores RJ45 / RJ12 / RJ11 de 4, 6 ou 8 vias Compatibilidade com onectores de passagem com a frente vazada Compatibilidade com conectores padrão Acabamento antiderrapante	UND	331040 (Genérico)	02	R\$ 52,60	R\$ 105,20





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

	Lâminas de corte Descasca o revestimento externo Material: Plástico + metal Medidas do produto: 135 x 67 x 25mm					
07	Fonte de alimentação AC/DC, do tipo chaveada, bivolt automático (100–240 V~), frequência de entrada 50/60 Hz, saída 9 V DC, corrente mínima 3 A, polaridade positiva no centro, conector tipo P4 5,5 mm × 2,1 mm, destinada a uso interno, com estabilidade de tensão compatível com equipamentos eletrônicos sensíveis, baixo ripple e ruído, incluindo proteções de sobrecorrente/curto- circuito e em conformidade com normas de segurança elétrica aplicáveis.	UND	430680 (Genérico)	20	R\$ 60,02	R\$ 1.200,40
08	Tipo: Tomada de dados RJ45 Cat.6, Instalação: Sobrepôr, Aplicação: Rede lógica / dados, Material: Termoplástico, Cor: Branca. Conjunto de	UND	399228 (Genérico)	40	R\$ 30,25	R\$ 1.210,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

	sobrepor para ponto de rede de dados, contendo 01 (uma) tomada RJ45 Categoria 6 (Cat.6), para instalações aparentes. Fabricado em material termoplástico de alta resistência, cor branca, com acabamento liso. Compatível com cabos de rede Cat.6, adequado para aplicações Ethernet em redes estruturadas. Sistema de fixação por encaixe, com entradas para canaletas. Produto novo, de primeiro uso, em conformidade com as normas técnicas vigentes.					
09	Testador e Localizador de Cabos RJ45 e RJ11: Equipamento portátil para teste e identificação de cabos de rede e telefonia, compatível com conectores RJ45 e RJ11. Indicado para verificação de continuidade, sequência de fios e detecção de falhas como curto, aberto ou	KIT	632830 (Genérico)	02	R\$ 557,01	R\$ 1.114,02





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

	<p>ligação incorreta. Possui indicadores luminosos (LED) para diagnóstico visual. Alimentação por pilhas ou bateria. Produto novo, de primeiro uso, conforme normas vigentes. Aplicação: Manutenção e instalação de redes de dados e telefonia.</p> <p>CONTEÚDO DA EMBALAGEM</p> <p>Transmissor ' 1 Receptor 1 Baterias de 9V 1 Conectores "Jacaré" Cabo com plug RJ45 1 Cabo com plug RJ11 1 Estojo de transporte 1 Manual de usuário</p>					
10	<p>Alicate: Especificações Técnicas: Tipo: Alicate de inserção por impacto (Punch Down). Compatibilidade: Conectores fêmea RJ45, keystone e patch panel para redes de dados. Função: inserção dos condutores nos terminais IDC e corte do excesso de fio em um</p>	UND	14648 (Genérico)	02	R\$ 148,89	R\$ 297,78





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

único movimento. Compatível com cabos UTP e FTP das categorias Cat5e e Cat6.						
---	--	--	--	--	--	--

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço **POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. OBSERVAÇÃO: A descrição que prevalece é a do termo de referência e deste aviso de dispensa.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1 A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

3.1.1. O procedimento será divulgado no LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.1.2. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução: www.licitanet.com.br.

3.1.3. O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no art. 175 parágrafo § 1º da Lei nº 14.133/21.

3.1.4. O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar da dispensa eletrônica, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

3.1.5. O LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Buritis.

3.1.6. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.2.5. sociedades cooperativas.

3.2.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e/ou Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de entregar os itens nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5. DA FASE DE LANCES





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

5.1. A partir das **08h30min. (horário de Brasília)** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **Valor Unitário do item**.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,5% (meio por cento)**.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. DO TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO

6.2. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará os fornecedores cujas propostas estejam dentro da margem de 10% em relação à melhor oferta, para fins de aplicação das disposições da Lei Municipal nº 2.176, de 25 de abril de 2025.

6.3. Nesse caso, a adjudicação será feita em favor da empresa sediada local ou regionalmente, conforme critérios estabelecidos abaixo:

- I. A prioridade será dada às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual MEI, e sociedades cooperativas de consumo e associações, sediadas no município de Buritis.
- II. Não havendo microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas no município de Buritis com proposta no limite de 10% do melhor preço, a prioridade será dada às microempresas e empresas de pequeno porte regionais, ou seja, aquelas sediadas nos municípios da Região Geográfica do Vale do





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

Jamari, que inclui Ariquemes, Cacaulândia, Monte Negro, Campo Novo de Rondônia, Rio Crespo, Machadinho D'Oeste, Cujubim e Alto Paraíso.

III. Será aplicada o benefício às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais (pessoas físicas), microempreendedores individuais (MEI) e sociedades cooperativas de consumo e associações;

6.4. O Tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, está devidamente regulamentado na **Lei Municipal nº 2.176 de 25 de Abril de 2025.**

6.5. Após o encerramento da aplicação da lei de preferência, o agente público solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta, **(Anexo II - Modelo da Proposta)**, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de dispensa e já apresentados.

6.6. Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.7. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.7.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

6.7.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.8. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.9. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.11.1. conter vícios insanáveis;

6.11.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.11.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.11.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.11.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.12. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

6.12.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.12.1.1. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

6.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.16. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2.1. **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;**

7.2.2. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

7.2.3. **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.2.4. **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

7.2.4.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “7.2.2” e “7.2.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

7.2.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A relação contratual entre a Administração Contratante e a Empresa será regulada através de Ordem de Faturamento e/ou Nota de Empenho, visto que não será necessário firmar termo de contrato devido à natureza da aquisição se tratar de entrega imediata e integral dos produtos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 9.1.1.** dar causa à inexecução parcial a contratação;
- 9.1.2.** dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3.** dar causa à inexecução total da contratação;
- 9.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 9.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 9.1.6.** não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 9.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução;
- 9.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- 9.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 9.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;
- c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados: (art. 156, §1º):

- 9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4.** os danos que dela provierem para o Contratante;

9.4. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.6. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.

9.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999. 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação.

9.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência em anexo a este Aviso.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.9. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11. DOS ANEXOS

11.1. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I: DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO;

ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

ANEXO III: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;

ANEXO IV: TERMO DE REFERÊNCIA.

Buritis – RO, 28 de abril de 2026.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

Thiago Alves de Sousa
Superintendente de Licitações e Contratações
Portaria: 205/GAB/2023





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971;

1.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

1.9. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

1.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

2.2. prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**); admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.5. DECLARAÇÃO de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.6. prova de regularidade com a Fazenda **Estadual, Municipal ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais/municipais* ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 017/2026/SLC
PROCESSO Nº 523/SEMUSA/2026

LICITANTE _____

CNPJ: _____ TEL. FAX: _____

E-MAIL: _____

ENDEREÇO: _____

C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

Valor total:

Valor total por extenso:

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de referência e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. - Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. - Nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

ANEXO III: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;

Referência: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/SLC/2026.

ABERTURA: ____/____/____ às ____h

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo para implantação da rede lógica no imóvel provisório destinado à futura instalação de Unidade Básica de Saúde Central.

A: PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS.

Declaramos em atendimento ao previsto na **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 017/SLC/2026** de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

Buritis, ____ de _____ de 2026.

Representante da Empresa

Obs.: Se o licitante possuir menores de 16 anos na condição de aprendizes deverá declarar expressamente





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 0000523.11.01-2026 - SEMUSA

Categoria: Material de consumo.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo para implantação da rede lógica no imóvel provisório da Secretaria Municipal de Saúde de Buritis/RO, destinado à futura instalação de Unidade Básica de Saúde Central.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	CATMAT	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Canaleta em PVC rígido para passagem de cabos, dimensões mínimas 20 mm x 10 mm ou superiores, barras em comprimento padrão comercial 2m, tampa removível por encaixe, cor branca, material autoextinguível e resistente à umidade, para instalações aparentes de rede elétrica e lógica.	METROS	260523 (Genérico)	300	R\$ 9,47	R\$ 2.841,00
02	Tomada RJ45 fêmea: Padrão da tomada: RJ45 – Categoria 6 (Cat.6) Tipo: Conjunto montado (placa + módulo) Formato: 4x2 Quantidade de pontos: 01 ponto de rede Cor: Branca Material: Termoplástico de alta resistência, autoextinguível Fixação: Parafusos padrão para caixa 4x2	UND	299556 (Genérico)	40	R\$ 18,50	R\$ 740,00

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br



Pág.: 1 / 24 - ID. do Doc.: 3.C92.578 - 13/04/2026 - 12:19:23 - ASSINADO POR(3): CPF:020.20* **2*7 CPF:063.78* **6*9 CPF:023.36* **2*3

Pág.: 26 / 71 - ID. do Doc.: 3.D4B.216 - 28/04/2026 - 16:02:43 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76* **2*9



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

03	Conector RJ45 Vazado Pass-Through, Cat5e/Cat6, 8P8C, Transparente. Padrões: T568A e T568B	UND	375963 (Genérico)	1000	R\$ 1,36	R\$ 1.360,00
04	Cabo de rede cat5e * cabo para rede, com a Seguinte especificação Mínima: * cabo u/utp cat5e para uso Em aplicações fast ethernet (100base-tx, 100base-t4), Gigabit ethernet (1000base t), Atm -155 (utp), 10base -t, * token ring. * ser constituído por 4 pares De condutores sólidos 24awg De cobre * atender as normas: ansi/tia - 568.2 -d, anatel, abnt nbr 14703, 14705, 14565, iec 60332 – 3 -25 Retardância a chama, iec 61034 Densidade de fumaça e toxidez dos Gases, nbr 12139 * produto deverá ser Homologado pela anatel * possuir revestimento Externo Iszh (low smoke Zero halogen) * ser compatível com poe (Ieee 802.3af) e poe+ (ieee 802.at), • não será aceito cabo com Condutor composto tipo Cabo cftv * deverá ser entregue em Caixa com 305 metros	CAIXA	414784 (Genérico)	03	R\$ 1.501,24	R\$ 4.503,72
05	Fita adesiva dupla face, material em espuma, acrílica ou equivalente, largura mínima 12 mm,	ROLO	463240 (Genérico)	20	R\$ 13,35	R\$ 267,00

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br



Pág.: 2 / 24 - ID. do Doc.: 3.C92.578 - 13/04/2026 - 12:19:23 - ASSINADO POR(3): CPF:020.20* **2*7 CPF:063.78* **6*9 CPF:023.36* **2*3

Pág.: 27 / 71 - ID. do Doc.: 3.D4B.216 - 28/04/2026 - 16:02:43 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76* **2*9

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1638.0302.6432.W164.7273 - ATHUS - PREFEITURA DE BURITIS - RO

Cod. de Autenticidade do Doc.: 12H2.7719.423A.4222.7448 - ATHUS - PREFEITURA DE BURITIS - RO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	comprimento mínimo 2 m por rolo, alta aderência em superfícies lisas (PVC, metal, madeira e alvenaria), uso interno, cor branca ou transparente.					
06	Alicate cabo de rede Alicate Multifuncional Crimpagem Vazado RJ45/rj11/12 Cat7 Ajuste para categorias entre Cat7 e Cat6E / Cat5E Modelos de conectores RJ45 / RJ12 / RJ11 de 4, 6 ou 8 vias Compatibilidade com onectores de passagem com a frente vazada Compatibilidade com conectores padrão Acabamento antiderrapante Lâminas de corte Descasca o revestimento externo Material: Plástico + metal Medidas do produto: 135 x 67 x 25mm	UND	331040 (Genérico)	02	R\$ 52,60	R\$ 105,20
07	Fonte de alimentação AC/DC, do tipo chaveada, bivolt automático (100–240 V~), frequência de entrada 50/60 Hz, saída 9 V DC, corrente mínima 3 A, polaridade positiva no centro, conector tipo P4 5,5 mm × 2,1 mm, destinada a uso interno, com estabilidade de tensão compatível com equipamentos eletrônicos sensíveis, baixo ripple e ruído, incluindo proteções de sobrecorrente/curto-	UND	430680 (Genérico)	20	R\$ 60,02	R\$ 1.200,40

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br



Pág.: 3 / 24 - ID. do Doc.: 3.C92.578 - 13/04/2026 - 12:19:23 - ASSINADO POR(3): CPF:020.20* **2*7 CPF:063.78* **6*9 CPF:023.36* **2*3

Pág.: 28 / 71 - ID. do Doc.: 3.D4B.216 - 28/04/2026 - 16:02:43 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76* **2*9

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1638.0302.6432.W164.7273 - ATHUS - PREFEITURA DE BURITIS - RO

Cod. de Autenticidade do Doc.: 12H2.7719.423A.4222.7448 - ATHUS - PREFEITURA DE BURITIS - RO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	circuito e em conformidade com normas de segurança elétrica aplicáveis.					
08	<p>Tipo: Tomada de dados RJ45 Cat.6, Instalação: Sobrepor, Aplicação: Rede lógica / dados, Material: Termoplástico, Cor: Branca.</p> <p>Conjunto de sobrepor para ponto de rede de dados, contendo 01 (uma) tomada RJ45 Categoria 6 (Cat.6), para instalações aparentes.</p> <p>Fabricado em material termoplástico de alta resistência, cor branca, com acabamento liso.</p> <p>Compatível com cabos de rede Cat.6, adequado para aplicações Ethernet em redes estruturadas.</p> <p>Sistema de fixação por encaixe, com entradas para canaletas.</p> <p>Produto novo, de primeiro uso, em conformidade com as normas técnicas vigentes.</p>	UND	399228 (Genérico)	40	R\$ 30,25	R\$ 1.210,00
09	<p>Testador e Localizador de Cabos RJ45 e RJ11:</p> <p>Equipamento portátil para teste e identificação de cabos de rede e telefonia, compatível com conectores RJ45 e RJ11. Indicado para verificação de continuidade, sequência de fios e detecção de falhas como curto, aberto ou ligação incorreta. Possui indicadores luminosos (LED) para diagnóstico</p>	KIT	632830 (Genérico)	02	R\$ 557,01	R\$ 1.114,02

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	visual. Alimentação por pilhas ou bateria. Produto novo, de primeiro uso, conforme normas vigentes. Aplicação: Manutenção e instalação de redes de dados e telefonia. CONTEÚDO DA EMBALAGEM Transmissor ' 1 Receptor 1 Baterias de 9V 1 Conectores "Jacaré" Cabo com plug RJ45 1 Cabo com plug RJ11 1 Estojo de transporte 1 Manual de usuário					
10	Alicate: Especificações Técnicas: Tipo: Alicate de inserção por impacto (Punch Down). Compatibilidade: Conectores fêmea RJ45, keystone e patch panel para redes de dados. Função: inserção dos condutores nos terminais IDC e corte do excesso de fio em um único movimento. Compatível com cabos UTP e FTP das categorias Cat5e e Cat6.	UND	14648 (Genérico)	02	R\$ 148,89	R\$ 297,78

1.2. Os bens objeto desta contratação enquadram-se na categoria de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 13.509/2023.

1.4. O prazo de vigência da aquisição dar -se -á até o encerramento das obrigações de ambas as partes, entrega dos produtos e o pagamento da despesa.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1.5. As especificações dos itens, estão parcialmente em conformidade com catálogo eletrônico de padronização, visto que as especificações disponíveis no sistema de licitação não atendem as necessidades. Sendo assim informamos na tabela acima que o código será genérico.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

2.1. A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) de 2026, conforme os dados:

2.2. ID PCA no PNCP: 01266058000144-0-000001/2026

2.3. ID do Item: 74

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

4.1. A empresa contratada deve fornecer os itens estritamente em conformidade com as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência. É fundamental que todos os produtos atendam às normas legais e técnicas vigentes, incluindo a Lei nº 14.133/2021, padrões de qualidade e segurança estabelecidos pelo INMETRO e outras normas setoriais aplicáveis.

4.2. Os itens devem ser novos e estar em fase normal de produção/fabricação pelo fabricante.

4.3. É vedada a entrega de produtos usados, recondicionados ou descontinuados.

4.4. Todos os bens devem ser entregues devidamente acondicionados em suas embalagens originais e lacradas.

4.5. Os itens deverão ser acompanhados de manual técnico ou instruções de uso, em língua portuguesa, especialmente para ferramentas, equipamentos ou dispositivos elétricos para itens que oferecem.

4.6. Constatada avaria decorrente do transporte, defeito de fabricação ou não conformidade técnica, a contratada deverá proceder à substituição do item, sem ônus adicional para a Administração, observada a garantia legal do produto, a qual será, no mínimo, de 90 (noventa) dias para todos os itens fornecidos, prevalecendo a garantia de fábrica do produto, caso esta seja superior.

4.7. A contratada será integralmente responsável pela qualidade, conformidade e regularidade dos materiais fornecidos, respondendo pelos vícios, defeitos ou danos verificados, bem como pela

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br



Pág.: 6 / 24 - ID. do Doc.: 3.C92.578 - 13/04/2026 - 12:19:23 - ASSINADO POR(3): CPF:020.20*: **2*7 CPF:063.78*: **6*9 CPF:023.36*: **2*3

Pág.: 31 / 71 - ID. do Doc.: 3.D4B.216 - 28/04/2026 - 16:02:43 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76*: **2*9



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

substituição dos itens que apresentarem quaisquer inconformidades com as especificações técnicas estabelecidas, nos termos da legislação aplicável.

4.8. O fornecedor deverá dispor de canal de atendimento (telefone, e-mail ou portal) para suporte técnico durante o período de garantia.

4.9. A contratada deverá arcar com todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo adicional de frete na entrega, transporte e descarregamento, embalagem, seguro e quaisquer outros custos necessários ao perfeito cumprimento da contratação.

4.10. Em caso de avarias durante o transporte, defeitos de fabricação ou não conformidade com as especificações, a contratada deverá providenciar a imediata substituição ou troca dos itens sem qualquer ônus para a Administração.

Sustentabilidade

4.11. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI /MPOG e de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – DECOR/CGU/AGU, quando da aquisição de bens, poderá ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.12. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448 -1 e 15448 -2; (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

4.13. Que sejam observados os requisitos ambientais estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, visando à aquisição de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.14. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Da vedação de utilização de marca/produto

4.16. Não será vedada a participação de marcas específicas, desde que os produtos atendam integralmente às especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Subcontratação

4.17. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos itens e serviços desta aquisição. A vedação se justifica pela necessidade de a Administração manter o controle direto sobre a qualidade

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br



Pág.: 7 / 24 - ID. do Doc.: 3.C92.578 - 13/04/2026 - 12:19:23 - ASSINADO POR(3): CPF:020.20* **2*7 CPF:063.78* **6*9 CPF:023.36* **2*3

Pág.: 32 / 71 - ID. do Doc.: 3.D4B.216 - 28/04/2026 - 16:02:43 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76* **2*9



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

dos produtos a serem fornecidos, garantindo que a execução seja realizada exclusivamente pela empresa vencedora da licitação.

Garantia da aquisição.

4.18. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.19. A exigência de garantia contratual adicional pode resultar em um aumento significativo da burocracia e dos custos administrativos envolvidos no processo de aquisição. Ao optar por não solicitar uma garantia formal, estamos promovendo uma abordagem mais ágil e econômica, sem comprometer a segurança e a qualidade dos produtos, considerando ainda o baixo risco associado e que estarão devidamente asseguradas pelo instrumento contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Os itens adquiridos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura, localizado na Avenida Ayrton Senna, nº 2727, Setor 07, Buritis/RO, no horário de funcionamento das 07h30 às 13h30, de segunda a sexta-feira (exceto feriados). O recebimento dos equipamentos será realizado pela Comissão de Recebimento de Materiais, regularmente nomeada por Decreto, que terá a responsabilidade de acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a entrega, em conformidade com as normas vigentes. As exigências da fiscalização e atuação da Secretaria Municipal de Saúde em qualquer etapa da entrega dos bens, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne o atendimento ao Edital.

Prazo e Forma de Entrega

5.3. O prazo de entrega é de 20 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de faturamento que será encaminhada via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo da Nota de Empenho e/ou Ordem de Faturamento, em remessa única, ou seja, entrega imediata e total dos bens.

5.4. Na hipótese de impossibilidade de cumprimento da data estipulada para a entrega, a empresa deverá comunicar as respectivas justificativas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, a fim de que a solicitação de prorrogação do prazo seja devidamente analisada ressalvada as situações de caso fortuito e força maior. A prorrogação do prazo não poderá ser superior a da entrega.

5.5. Após a entrega, a CONTRATADA deverá proceder a instalação e montagens dos itens, para uso de imediato, não podendo exceder o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a entrega.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Especificações da garantia (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.6. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor aos materiais fornecidos, especialmente no que se refere à garantia legal, aos vícios de qualidade ou quantidade e às demais disposições aplicáveis, assegurando à CONTRATANTE os direitos inerentes à condição de consumidora final.
- 5.7. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à CONTRATADA relatório descritivo das ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.
- 5.8. A garantia dos materiais consistirá, no mínimo, na substituição, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, dos itens que apresentarem defeitos de fabricação, falhas de funcionamento ou não conformidade técnica, observado o prazo mínimo legal de 90 (noventa) dias, prevalecendo a garantia de fábrica do produto, caso esta seja superior, devendo a substituição ocorrer por outro item novo, de mesmas especificações técnicas ou superiores, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, sempre que o defeito não puder ser corrigido ou quando o reparo não for tecnicamente aplicável.
- 5.9. O prazo para substituição dos materiais defeituosos será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da solicitação formal encaminhada pela CONTRATANTE.
- 5.10. O registro das ocorrências, a análise técnica e a substituição dos materiais em garantia não acarretarão quaisquer ônus à CONTRATANTE. Todas as despesas relacionadas à substituição dos materiais durante o período de garantia, incluindo impostos, transporte, logística reversa e quaisquer encargos necessários à perfeita execução da obrigação, serão integralmente suportadas pela CONTRATADA.
- 5.11. A garantia legal dos materiais independe do processo de aquisição e permanece plenamente exigível após o recebimento definitivo dos bens, inclusive para fins de responsabilização e aplicação de penalidades em caso de descumprimento contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. Nesta contratação, não será necessário firmar termo de contrato, por se tratar de entrega integral e imediata. Deste modo a Nota de Empenho terá valor contratual nos termos, Art. 95 da Lei 14.133/2021.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A CONTRATANTE, por meio de seus fiscais designados, seremos responsáveis pela administração e supervisão da aquisição, garantindo o cumprimento rigoroso das obrigações estabelecidas pela CONTRATADA.

7.2. A fiscalização será realizada pelo Técnico Fiscal e pelo Fiscal Administrativo, que deverá observar e atuar de acordo com as diretrizes previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações pertinentes. O Fiscal Técnico será responsável por:

7.3. Acompanhar a entrega dos produtos de acordo com as especificações técnicas definidas neste termo de referência;

7.4. Verificar a qualidade dos itens fornecidos;

7.5. Registrar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências técnicas relevantes;

7.6. Emitir notificações para a correção de eventuais defeitos dos itens;

7.7. Informar o gestor da aquisição sobre quaisquer situações que requeiram decisões urgentes ou medidas além de sua competência.

7.8. Em caso de ausência ou impedimento do Técnico Fiscal, suas funções serão assumidas por um substituto previamente designado pela CONTRATANTE, garantindo a continuidade das atividades sem interrupções. O Fiscal Administrativo deverá:

7.9. Verificar as condições de habilitação da CONTRATADA;

7.10. Acompanhar os processos de compromissos e pagamento, incluindo a verificação de validade;

7.11. Agir de forma tempestiva diante de inadimplências, comunicando -se com o gestor da aquisição para a tomada de ações cabíveis.

7.12. Na eventualidade do Fiscal Administrativo não estar disponível, um substituto devidamente autorizado será responsável por assumir temporariamente as responsabilidades, observando os procedimentos estabelecidos.

O Gestor coordenará e consolidará as atividades de fiscalização e gestão, garantindo:

7.13. A elaboração de relatórios de risco, monitorando e anotando quaisquer problemas que possam interferir no fluxo normal de execução da aquisição;

7.14. O acompanhamento dos registros realizados pelos fiscais da contratação e a comunicação à autoridade competente sobre qualquer ocorrência que exceda a sua alçada;

7.15. A entrega de relatórios de avaliação de desempenho da CONTRATADA, considerando os indicadores objetivamente definidos;

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 7.16. O Gestor da aquisição terá um suplente indicado que assumirá as funções em casos de necessidade, mantendo o rigor e a efetividade da gestão e fiscalização da aquisição.
- 7.17. A condução de processos administrativos de responsabilização e aplicação de avaliações quando necessário.
- 7.18. Ao término da execução, o gestor da contratação deve elaborar um relatório final, destacando a consecução dos objetivos que motivaram a aquisição e investir medidas para o aprimoramento das atividades de Administração.

8. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 8.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento.
- 8.2. Solicitar formalmente à Contratada, mediante nota de empenho/Ordem de faturamento o fornecimento dos Itens.
- 8.3. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa executar a entrega dos Itens.
- 8.4. Efetuar o recebimento definitivo produto entregue, após a verificação do cumprimento da especificação dos produtos nos termos deste instrumento.
- 8.5. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Fiscal, caso entregue em que se tenha verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.
- 8.6. O Termo de Recusa deverá explicitar a razão da recusa dos produtos, indicando ainda o prazo de substituição e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da obrigação.
- 8.7. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento;
- 8.8. Analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à execução do objeto deste instrumento.
- 8.9. A notificação deverá estipular o prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da determinação.
- 8.10. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 8.11. Realizar rigorosa conferência das características dos itens entregue, pela vencedora da licitação através de Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 8.12. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integre o instrumento da contratação;
- 8.13. Efetuar as devidas publicações na forma da lei;
- 8.14. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

9. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar o objeto na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;
- 9.2. A empresa deverá efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, conforme as especificações descritas no Edital e seus anexos, respeitando o prazo estabelecido. A entrega deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual constarão todas as indicações necessárias, como os detalhes sobre a quantidade, descrição e valor dos produtos entregues, além de informações sobre a origem e validade, de acordo com as exigências legais e regulatórias pertinentes.
- 9.3. Atender prontamente às solicitações do contratante sobre o fornecimento, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados de forma clara, concisa e lógica, além de responder imediatamente a quaisquer reclamações.
- 9.4. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da vencedora da licitação ou de quem em seu nome agir.
- 9.5. Responsabilizar -se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas.
- 9.6. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 9.7. Os casos excepcionais serão avaliados pela CONTRATANTE, que decidirá motivadamente .

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Os direitos e deveres, bem como as respectivas sanções, decorrentes desta aquisição serão regulados especificamente pelas disposições do Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, conforme legislações específicas e citação abaixo:
- 10.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- a) der causa à inexecução parcial da contratação;
- b) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- g) comportar -se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.3. Serão aplicadas ao responsável que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta contratação, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV Multa:

10.4. Moratória de 0,5% (0,5 por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% (quinze por cento);

10. 5. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da contratação por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10. 6. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.2., de 5 % a 8 % do valor da contratação.

10. 7. Compensatória, para a inexecução total da contratação prevista na alínea “c” do subitem 10.2., de 15 % a 30 % do valor da contratação.

10. 8. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.2., a multa será de 5 % a 15% do valor da contratação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.9. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.2., a multa será de 0,5 % a 10 % do valor da contratação.

10.10. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.2., a multa será de 1 % a 8 % do valor da contratação.

10.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11.1. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.15. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.18. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.20. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes da mesma contratação ou de outros contratos administrativos que a contratação possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

11.1. Recebimento Provisório: Os itens serão inicialmente recebidos de forma provisória, no ato da entrega, acompanhados de nota fiscal ou documento equivalente. O responsável pela fiscalização da aquisição verificará a conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.

11.2. Rejeição de Bens: Os itens em desacordo com as especificações podem ser rejeitados, total ou parcialmente, antes mesmo da coleta provisória.

11.3. Recebimento Definitivo: Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após testes de aceitação.

11.4. Solução de Inconsistências: O período para resolução de inconsistências identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde não conta para o prazo de recebimento definitivo.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 11.5. Verificação da Nota Fiscal: A nota fiscal deve conter elementos essenciais, regulamentos e padrões como dados de emissão, dados da aquisição, valor a pagar e retenções tributárias.
- 11.6. Correção de Erros na Documentação: Erros na nota fiscal ou situações impedindo a liquidação resultarão no adiamento até correção pelo contratado, reiniciando -se o prazo após a regularização.
- 11.7. Comprovação da Regularidade Fiscal: Acompanhar nota fiscal com prova de regularidade fiscal, verificável via SICAF ou outros meios oficiais.
- 11.8. Consulta ao SICAF: Verificar a manutenção das condições de habilitação e a ausência de impedimentos para contratação com o Poder Público.
- 11.9. Notificação e Regularização de Irregularidades: Em caso de irregularidades no SICAF, notificar o contratado para regularização ou defesa em 5 dias úteis, prorrogáveis por igual período.
- 11.10. Comunicação de Inadimplência: A não regularização resultará na comunicação aos órgãos fiscalizadores e no acionamento de meios para garantir a cobrança de créditos.
- 11.11. Medidas em Caso de Persistência de Irregularidade: Persistindo a irregularidade, procederá com a rescisão da contratação, garantindo ampla defesa. Liquidação
- 11.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 11.12.1. A data da emissão;
- 11.12. 2. O valor a pagar;
- 11.12. 3. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 11.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando -se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 11.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on -line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 11.15.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11.15.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.16. Constatando -se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão da contratação nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da aquisição, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Prazo de pagamento

11.20. O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas às glosas e notas de débitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023. Forma de pagamento

11.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela contratada.

11.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.24.1. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. Antecipação do pagamento

11.25. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme Art. 45 do decreto municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **DISPENSA** sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** por **ITEM**, em regime aberto.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE:

12.1.1. O valor estimado da aquisição enquadra-se no limite legal para dispensa por pequeno valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tratando-se de aquisição de bens comuns, com especificações usuais de mercado, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII, da referida Lei.

12.1.2. A contratação decorre de necessidade administrativa imediata, considerando que o Processo Administrativo nº 2847/2025, que viabiliza a reforma do prédio da Unidade Básica de Saúde Central, encontra-se em fase de empenho, implicando na desocupação do imóvel atualmente utilizado.

12.1.3. Adicionalmente, o Processo Administrativo nº 1579/2026, referente à locação de imóvel para funcionamento provisório da unidade, evidencia a necessidade urgente de implantação da rede lógica, indispensável ao funcionamento dos sistemas e à continuidade dos serviços públicos de saúde.

12.1.4. A não aquisição dos materiais inviabiliza a operacionalização da unidade no imóvel provisório, comprometendo a prestação de serviço essencial, o que demanda celeridade na contratação, em observância aos princípios da eficiência e continuidade do serviço público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

12.1.5. Diante do exposto, justifica-se a adoção da dispensa de licitação eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Habilitação jurídica

12.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

12.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

12.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

12.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.10. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

12.11. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

12.12. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

12.13. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

12.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, n.º 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

12.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

12.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII -A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto -Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da contratação;

12.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais ou Distritais relacionados ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico -Financeira

12.23. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

12.24. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação .

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Qualificação Técnica

12.25. Não será necessário a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, pois entende -se que a solicitação de atestado seja para serviços contínuos, contratações de grandes obras ou com valor expressivo, conforme trata -se no Art. 67. Da Lei nº14.133/21; No entanto, não é o caso desta contratação, que se trata de material de consumo, usualmente comercializado no mercado. A natureza do objeto — um bem comum — permite que seus padrões de desempenho e qualidade sejam objetivamente definidos, conforme os parâmetros usualmente estabelecidos no mercado.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO

13.1. O custo estimado total da aquisição é **R\$ 13.639,12 (treze mil, seiscentos e trinta e nove reais e doze centavos)**, conforme o ID: 10º - 3.C4E.57E - LISTAGEM COM A MEDIA DE VALORES.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão:

Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA

Unidade Orçamentária:

02.08.01 – Secretaria Municipal de Saúde

10 301 1003 2026 0000 – Manutenção das Ações da SEMUSA – 15%

3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

Ficha: **251**

15. DAS CLÁUSULAS INSTRUMENTO DA AQUISIÇÃO

15.1. A relação contratual entre a Administração Contratante e a Empresa será regulada através de Ordem de Faturamento e/ou Nota de Empenho, visto que não será necessário firmar termo de contrato devido à natureza da aquisição se tratar de entrega imediata e integral dos produtos. A Nota de Empenho indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

15.2. A vigência da Aquisição dar-se-á até o encerramento das obrigações de ambas as partes; entrega dos produtos e o pagamento da despesa.

16. DA TRANSFERÊNCIA DE OBRIGAÇÕES

16.1. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

17. INFORMAÇÕES GERAIS

17.1. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 99991-2637, no e-mail: cpl@buritis.ro.gov.br, e/ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada na sede da Prefeitura Municipal na Rua São Lucas nº 2476, setor 06, Buritis-RO, de segunda à sexta- feira das 07h30 às 13h30.

17.2. Os licitantes devem submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Buritis, para nele dirimir as dúvidas ou questões oriundas desta licitação, renunciando as partes, desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

19. APÊNDICES

19.1. Estudo Técnico Preliminar (ID: 6º - 3.99F.5F1);

19.2. Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID: 7º - 3.99F.C99);

20. RESPONSÁVEIS

20.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário local no sistema de processo eletrônico ATHUS da Prefeitura de Buritis, Rondônia.

Buritis – RO, 13 de abril de 2026.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Elaborado por:

Amini Dabi Da Silva

Portaria Interna N° 1/SEMUSA/2026

Revisado por:

Cristiano Bianques Campos Silva

Portaria Interna N° 1/SEMUSA/2026

Autorizado por:

Alan Rezende Damaceno

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 15.788/GAB/PMB/2025

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br



Pág.: 23 / 24 - ID. do Doc.: 3.C92.578 - 13/04/2026 - 12:19:23 - ASSINADO POR(3): CPF:020.20.*2*7 CPF:063.78.*6*9 CPF:023.36.*2*3

Pág.: 48 / 71 - ID. do Doc.: 3.D4B.216 - 28/04/2026 - 16:02:43 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76.*2*9



PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **ALAN REZENDE DAMACENO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CPF: 020.20*. **2-*7 em 13/04/2026 12:40:27, Cód. Autenticidade da Assinatura: 12V0.6H40.226R.E129.5218, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **CRISTIANO BIANQUES CAMPOS SILVA**, CPF: 063.78*. **6-*9 em 13/04/2026 12:20:51, Cód. Autenticidade da Assinatura: 12A1.6620.551Z.R21X.2550, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **AMINI DABI DA SILVA**, CPF: 023.36*. **2-*3 em 13/04/2026 12:19:23, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1225.8K19.523R.480X.3220, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.C92.578** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **AMINI DABI DA SILVA**, CPF: 023.36*. **2-*3, em 13/04/2026 - 12:19:23

Código de Autenticidade deste Documento: 12H2.7719.423A.4222.7448

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo demonstrar a necessidade da Administração Pública Municipal quanto à Aquisição de materiais de consumo para implantação da rede lógica no imóvel provisório da Secretaria Municipal de Saúde de Buritis/RO, destinado à futura instalação de Unidade Básica de Saúde Central, bem como avaliar tecnicamente as alternativas disponíveis e identificar a solução mais adequada para atendimento da demanda, em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 15 a 18 do Decreto Municipal nº 13.509/2023. Este documento compõe a fase preparatória da contratação pública e visa caracterizar o interesse público envolvido, descrever o problema a ser solucionado, apresentar os requisitos técnicos do objeto, estimar os quantitativos e os custos envolvidos, além de justificar técnica e economicamente a solução mais vantajosa. Somente após essa análise será possível concluir pela modalidade de contratação juridicamente cabível, de acordo com as especificidades do caso concreto.

A elaboração do ETP tem como finalidade assegurar o planejamento eficiente da contratação, garantindo a legalidade, a transparência e a vantajosidade da futura aquisição, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública e a observância do interesse público primário.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 000523.11.01-2026

Categoria do Objeto: Material de consumo.

Área Requisitante

Secretário Municipal de Saúde

Responsável

Alan Rezende Damaceno

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Portaria Interna Nº 01/SEMUSA/2026

3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

3.1. As diretrizes que nortearão este Estudo Técnico Preliminar, tem como base a Lei Federal nº 14.133 de 2021 e o Decreto 13.509 de 15 de março de 2023 do município de Buritis/RO.

3.2. Normas Técnicas e Regulamentações Setoriais – observância das conformidades com as normas de segurança e qualidade aplicáveis no Brasil, incluindo o INMETRO (Instituto Nacional





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

Classificação do Estudo Técnico Preliminar – Lei nº 12.527/2011

3.3. Por fim, avaliou-se a necessidade de classificação deste Estudo Técnico Preliminar nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). Conclui-se que não há informações sensíveis, estratégicas ou protegidas por sigilo legal que justifiquem qualquer grau de restrição de acesso ao conteúdo deste ETP, sendo, portanto, documento de natureza pública e transparente, conforme o princípio da publicidade que rege os atos da Administração Pública.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO (Art. 18 § 1º inciso I)

4.1. A presente contratação decorre da necessidade de implantação de infraestrutura de rede lógica destinada a viabilizar o funcionamento provisório da Unidade Básica de Saúde Central do Município de Buritis/RO, em razão da reforma das instalações atualmente utilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

4.2. Para assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde durante o período de transição, torna-se imprescindível a disponibilização de infraestrutura adequada de rede de dados e comunicação, capaz de suportar o pleno funcionamento dos sistemas informatizados, o acesso à internet, a comunicação interna entre os setores e a integração dos serviços administrativos e assistenciais.

4.3. A rede lógica constitui elemento essencial para a execução das atividades institucionais da UBS Central, incluindo registros de atendimento, utilização de sistemas de informação em saúde, fluxos administrativos, comunicação intersetorial e atendimento à população. A ausência ou insuficiência dessa infraestrutura comprometeria diretamente a eficiência operacional, a segurança da informação e a regularidade dos serviços prestados.

4.4. Em razão da necessidade de reforma da UBS Central, foi instaurado o Processo nº 309/2026, com o objetivo de viabilizar a locação de um novo imóvel para funcionamento provisório da unidade, considerando-se, para fins de planejamento, uma área mínima estimada de aproximadamente 550 m², suficiente para acomodar as atividades administrativas e assistenciais durante o período de realocação.

4.5. A partir dessa estimativa de área e das necessidades operacionais da unidade, a equipe técnica de Tecnologia da Informação da SEMUSA procedeu ao dimensionamento da infraestrutura de rede lógica, definindo os quantitativos e os tipos de materiais de consumo necessários com base na metragem do imóvel, na distribuição dos ambientes e nos materiais a serem utilizados, de modo a garantir cobertura adequada, desempenho, segurança e confiabilidade da rede.

*Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br*





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.6. Dessa forma, a contratação pretendida revela-se necessária, adequada e proporcional, uma vez que visa assegurar a continuidade do serviço público de saúde, a eficiência administrativa e a manutenção da qualidade do atendimento à população, em consonância com o interesse público e com os princípios que regem a Administração Pública.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18 § 1º inciso III)

5.1. Os materiais de consumo deverão ser novos, de primeiro uso, entregues devidamente acondicionados em suas embalagens originais, e em perfeitas condições, vedado o fornecimento de itens usados, recondicionados ou em desacordo com as especificações técnicas.

5.2. Os bens fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar bem como no Termo de Referência e à proposta apresentada pela contratada e aceita pela Administração.

5.3. Os itens deverão ser acompanhados de manual técnico ou instruções de uso, em língua portuguesa, especialmente para ferramentas, equipamentos ou dispositivos elétricos para itens que oferecem.

5.4. Constatada avaria decorrente do transporte, defeito de fabricação ou não conformidade técnica, a contratada deverá proceder à substituição do item, sem ônus adicional para a Administração, observada a garantia legal do produto, a qual será, no mínimo, de 90 (noventa) dias para todos os itens fornecidos, prevalecendo a garantia de fábrica do produto, caso esta seja superior.

5.5. A contratada será integralmente responsável pela qualidade, conformidade e regularidade dos materiais fornecidos, respondendo pelos vícios, defeitos ou danos verificados, bem como pela substituição dos itens que apresentarem quaisquer inconformidades com as especificações técnicas estabelecidas, nos termos da legislação aplicável.

5.6. As despesas com frete, transporte, seguros, tributos e quaisquer outros custos necessários à perfeita execução do objeto correrão integralmente por conta da contratada, não sendo admitida cobrança adicional após a apresentação da proposta.

5.7. A contratada responderá por eventuais prejuízos causados à Administração em decorrência do descumprimento das obrigações contratuais, sujeitando-se às penalidades previstas na legislação vigente.

Sustentabilidade

5.8. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

/MPOG e de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis– DECOR/CGU/AGU, quando da aquisição de bens, poderá ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

5.9. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

5.10. Que sejam observados os requisitos ambientais estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, visando à aquisição de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.11. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

5.12. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs), de acordo com as normas internacionais de restrição a substâncias perigosas. A ausência desses compostos é essencial para garantir que o produto não represente riscos à saúde dos profissionais que os utilizam, além de minimizar impactos ambientais nocivos.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18 § 1º inciso V)

6.1. O levantamento de mercado consiste na análise das opções disponíveis para atender à necessidade de implantação e adequação da infraestrutura de rede lógica.

Durante o estudo, foram identificadas duas soluções disponíveis no mercado, consideradas aptas a atender à demanda apresentada.

6.2. Das soluções:

Solução 1: Contratação de empresa especializada para o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços de instalação da rede lógica.

Solução 2: Aquisição dos materiais de consumo, para execução dos serviços de instalação e adequação da rede lógica pela equipe técnica interna de TI da SEMUSA.

6.3. Solução 1 – Contratação de empresa para fornecimento de materiais e instalação.

A contratação de empresa especializada para fornecimento dos materiais e execução dos serviços de instalação da rede lógica apresenta como vantagem a concentração da responsabilidade técnica em





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

um único fornecedor, proporcionando maior agilidade na execução, padronização dos serviços e redução de riscos operacionais relacionados à instalação.

Entretanto, essa solução implica maior complexidade administrativa e, em regra, custos mais elevados, além da necessidade de exigência de qualificação técnica específica, o que pode restringir a competitividade do certame. Ademais, considerando a natureza dos itens e a existência de equipe técnica interna capacitada, essa alternativa mostra-se menos vantajosa para a necessidade atual.

6.4. Solução 2 – Aquisição de materiais para execução pela equipe técnica interna.

A aquisição dos materiais de consumo, com execução dos serviços de instalação e adequação da rede lógica pela equipe técnica interna de TI da SEMUSA, apresenta-se como alternativa mais econômica e eficiente, permitindo o aproveitamento da capacidade técnica já existente no quadro do Município. Essa solução possibilita maior controle sobre a execução dos serviços, redução de custos com terceirização e simplificação do procedimento administrativo, além de atender plenamente às especificações técnicas necessárias para a implantação da rede lógica.

6.5. Conclusão

Diante da análise realizada, conclui-se que a Solução 2 — aquisição dos materiais de consumo para execução dos serviços pela equipe técnica interna de TI da SEMUSA — apresenta-se como a opção mais viável e vantajosa para a presente aquisição, sob os aspectos da economicidade, eficiência administrativa e aproveitamento dos recursos humanos disponíveis.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18 § 1º inciso VII)

7.1. A solução consiste na aquisição de materiais de consumo destinados à implantação e adequação da infraestrutura de rede lógica necessária ao funcionamento provisório da Unidade Básica de Saúde Central, em razão da reforma do prédio atualmente utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA. A contratação tem por finalidade assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços administrativos e assistenciais, viabilizando o funcionamento dos sistemas informatizados, da comunicação interna e do acesso à internet.

7.2. A contratação limita-se ao fornecimento dos materiais, conforme especificações constantes na tabela de itens e no Termo de Referência, abrangendo os insumos indispensáveis à estruturação da rede lógica, observadas as normas técnicas vigentes. Os quantitativos foram dimensionados pela equipe técnica de Tecnologia da Informação com base na estimativa da área do imóvel a ser utilizado provisoriamente e nas necessidades técnicas identificadas.

7.3. A execução dos serviços de instalação, organização, testes e ajustes da rede lógica será realizada pela equipe técnica interna de Tecnologia da Informação da SEMUSA. O fornecimento dos





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

materiais dar-se-á em remessa única, devendo cada fornecedor vencedor entregar, de uma só vez, a totalidade do quantitativo correspondente ao(s) item(ns) para o(s) qual(is) for adjudicado, dentro do prazo estabelecido, de modo a viabilizar a implantação integral da infraestrutura em tempo compatível com a realocação da unidade. A solução adotada mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e administrativamente eficiente, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e do interesse público.

7.4. Todas as obrigações relativas ao fornecimento dos bens e à execução dos serviços deverão seguir as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11/09/1990), quando aplicáveis, assegurando que tanto os bens fornecidos quanto os serviços prestados atendam aos requisitos legais e técnicos exigidos.

7.5. O objeto desta contratação é caracterizado como bens comum, conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, que diz:

XIII - Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (Art. 18 § 1º inciso IV)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	CATMAT	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Canaleta em PVC rígido para passagem de cabos, dimensões mínimas 20 mm x 10 mm ou superiores, barras em comprimento padrão comercial 2m, tampa removível por encaixe, cor branca, material autoextinguível e resistente à umidade, para instalações aparentes de rede elétrica e lógica.	METROS	260523 (Genérico)	300	R\$ 8,00	R\$ 2.400,00
02	Tomada RJ45 fêmea: Padrão da tomada: RJ45 – Categoria 6 (Cat.6)	UND	299556 (Genérico)	40	R\$ 50,00	R\$ 2.000,00

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	Tipo: Conjunto montado (placa + módulo) Formato: 4x2 Quantidade de pontos: 01 ponto de rede Cor: Branca Material: Termoplástico de alta resistência, autoextinguível Fixação: Parafusos padrão para caixa 4x2					
03	Conector RJ45 Vazado Pass-Through, Cat5e/Cat6, 8P8C, Transparente. Padrões: T568A e T568B	UND	375963 (Genérico)	1000	R\$ 2,00	R\$ 2.000,00
04	Cabo de rede cat5e * cabo para rede, com a seguinte especificação Mínima: * cabo u/utp cat5e para uso em aplicações fast ethernet (100base-tx, 100base-t4), Gigabit ethernet (1000base t), Atm -155 (utp), 10base -t, * token ring. * ser constituído por 4 pares De condutores sólidos 24awg De cobre * atender as normas: ansi/tia - 568.2 -d, anatel, abnt nbr 14703, 14705, 14565, iec 60332 - 3 -25 Retardância a chama, iec 61034	CAIXA	414784 (Genérico)	03	R\$ 1.000,00	R\$ 3.000,00

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	Densidade de fumaça e toxidez dos Gases, nbr 12139 * produto deverá ser Homologado pela anatel * possuir revestimento Externo lszh (low smoke Zero halogen) * ser compatível com poe (Ieee 802.3af) e poe+ (ieeee 802.at), • não será aceito cabo com Condutor composto tipo Cabo cftv * deverá ser entregue em Caixa com 305 metros					
05	Fita adesiva dupla face, material em espuma, acrílica ou equivalente, largura mínima 12 mm, comprimento mínimo 2 m por rolo, alta aderência em superfícies lisas (PVC, metal, madeira e alvenaria), uso interno, cor branca ou transparente.	ROLO	463240 (Genérico)	20	R\$ 15,00	R\$ 300,00
06	Alicate cabo de rede Alicate Multifuncional Crimpagem Vazado Rj45/rj11/12 Cat7 Ajuste para categorias entre Cat7 e Cat6E / Cat5E Modelos de conectores RJ45 / RJ12 / RJ11 de 4, 6 ou 8 vias Compatibilidade com onectores de passagem com a frente vazada Compatibilidade com	UND	331040 (Genérico)	02	R\$ 150,00	R\$ 300,00

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	conectores padrão Acabamento antiderrapante Lâminas de corte Descasca o revestimento externo Material: Plástico + metal Medidas do produto: 135 x 67 x 25mm					
07	Fonte de alimentação AC/DC, do tipo chaveada, bivolt automático (100–240 V~), frequência de entrada 50/60 Hz, saída 9 V DC, corrente mínima 3 A, polaridade positiva no centro, conector tipo P4 5,5 mm × 2,1 mm, destinada a uso interno, com estabilidade de tensão compatível com equipamentos eletrônicos sensíveis, baixo ripple e ruído, incluindo proteções de sobrecorrente/curto-circuito e em conformidade com normas de segurança elétrica aplicáveis.	UND	430680 (Genérico)	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
08	Tipo: Tomada de dados RJ45 Cat.6, Instalação: Sobrepor, Aplicação: Rede lógica / dados, Material: Termoplástico, Cor: Branca. Conjunto de sobrepor para	UND	399228 (Genérico)	40	R\$ 50,00	R\$ 2.000,00

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	ponto de rede de dados, contendo 01 (uma) tomada RJ45 Categoria 6 (Cat.6), para instalações aparentes. Fabricado em material termoplástico de alta resistência, cor branca, com acabamento liso. Compatível com cabos de rede Cat.6, adequado para aplicações Ethernet em redes estruturadas. Sistema de fixação por encaixe, com entradas para canaletas. Produto novo, de primeiro uso, em conformidade com as normas técnicas vigentes.					
09	Testador e Localizador de Cabos RJ45 e RJ11: Equipamento portátil para teste e identificação de cabos de rede e telefonia, compatível com conectores RJ45 e RJ11. Indicado para verificação de continuidade, sequência de fios e detecção de falhas como curto, aberto ou ligação incorreta. Possui indicadores luminosos (LED) para diagnóstico visual. Alimentação por pilhas ou bateria. Produto novo, de primeiro uso, conforme normas vigentes.	KIT	632830 (Genérico)	02	R\$ 300,00	R\$ 600,00

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	Aplicação: Manutenção e instalação de redes de dados e telefonia. CONTEÚDO DA EMBALAGEM Transmissor ' 1 Receptor 1 Baterias de 9V 1 Conectores "Jacaré" Cabo com plug RJ45 1 Cabo com plug RJ11 1 Estojo de transporte 1 Manual de usuário					
10	Alicate: Especificações Técnicas: Tipo: Alicate de inserção por impacto (Punch Down). Compatibilidade: Conectores fêmea RJ45, keystone e patch panel para redes de dados. Função: inserção dos condutores nos terminais IDC e corte do excesso de fio em um único movimento. Compatível com cabos UTP e FTP das categorias Cat5e e Cat6.	UND	14648 (Genérico)	02	R\$ 100,00	R\$ 200,00

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18 §1º inciso VI)

9.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais)**, conforme prévia estimativa realizada pela requisitante em anexo juntamente a este estudo técnico preliminar.

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

9.2. O valor apresentado neste estudo é apenas uma estimativa, sendo que o valor de referência para a licitação será o obtido na pesquisa de preços, realizada pelo Setor de Cotação, e que constará no Termo de Referência.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Art. 18

§1º inciso VIII)

10.1. O objeto da aquisição será dividido em itens. A escolha justifica-se, pois o parcelamento dos itens, neste caso, mostra-se tecnicamente viável e vantajoso para a administração, tendo em vista, as Características do mercado fornecedor considerando que diversas empresas do ramo estão aptas para os fornecimentos dos produtos solicitados.

10.2. A escolha justifica-se porque o parcelamento dos itens é a regra e, neste caso, mostra-se tecnicamente viável e vantajoso para a Administração, tendo em vista as características do mercado fornecedor, considerando que diversas empresas do ramo estão aptas para o fornecimento do objeto e visando ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado. Leva-se em conta, ainda, que o parcelamento visa a estimular a competitividade entre os fornecedores e, desse modo, espera-se um maior impacto na redução do preço final ofertado para cada item.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18 §1º inciso XI)

11.1. Não se inserem outras contratações correlatas e/ou interdependentes para este processo.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (Art. 18 § 1º inciso II)

12.1. O objeto da contratação foi incluído no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

12.2. ID PCA no PNCP: 01266058000144-0-000001/2026

12.3. Id do item no PCA: 74

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS (Art. 18 § 1º inciso IX)

13.1. A adoção da solução proposta proporcionará a continuidade dos serviços públicos de saúde, ao assegurar o funcionamento adequado dos sistemas informatizados, da comunicação interna e das atividades administrativas e assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, inclusive durante o período de realocação temporária da Unidade Básica de Saúde Central em razão da





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

reforma do prédio atualmente utilizado. A implantação adequada da rede lógica contribuirá para a melhoria da eficiência operacional, reduzindo falhas de comunicação, aumentando a integração entre os setores e promovendo maior agilidade nos fluxos de trabalho, com reflexos diretos na qualidade do atendimento à população.

13.2. Por fim, a solução adotada assegura flexibilidade para adequações futuras da rede lógica, reduz a dependência de fornecedores externos para manutenções recorrentes e atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, promovendo a utilização responsável dos recursos públicos e a melhoria contínua dos serviços prestados pela Administração.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Art. 18 § 1º inciso X)

14.1. Não há contrato vigente no âmbito da SEMUSA para o mesmo objeto ou que envolva a continuidade direta da aquisição ora contratados.

14.2. Trata-se de uma aquisição com escopo específico, não sendo necessária a realização de processo de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas entre empresas.

14.3. Não é necessária a realização de treinamento dos funcionários, pois, serão designados servidores com conhecimento técnico para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto e relações da contratação.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 18 § 1º inciso XII)

15.1. A aquisição dos materiais destinados à implantação e adequação da rede lógica pode gerar impactos ambientais de baixa intensidade, especialmente relacionados à geração de resíduos sólidos decorrentes das embalagens utilizadas para acondicionamento dos produtos, tais como papelão, plásticos e outros materiais de proteção. Esses resíduos, quando não gerenciados adequadamente, podem ocasionar impactos ambientais negativos, sobretudo em relação ao aumento do volume de resíduos destinados a aterros.

15.2. Além disso, durante as atividades de instalação e manutenção da infraestrutura de rede, poderá ocorrer a geração de resíduos eletroeletrônicos de pequeno porte, como sobras de cabos, conectores ou componentes eventualmente danificados ou substituídos. Esses materiais, caso descartados de forma inadequada, podem representar risco ambiental, considerando que determinados componentes eletrônicos possuem materiais que demandam destinação ambientalmente apropriada, conforme a legislação vigente.

Plano de mitigação

Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

15.3. Como forma de mitigação dos impactos ambientais identificados, deverão ser adotados procedimentos adequados de gestão dos resíduos sólidos gerados, incluindo a separação, o acondicionamento e a destinação correta das embalagens e demais materiais descartáveis, em conformidade com a legislação ambiental vigente, priorizando-se, sempre que possível, a reutilização e a reciclagem desses resíduos, de modo a reduzir o volume encaminhado a aterros sanitários.

15.4. No que se refere aos resíduos eletroeletrônicos de pequeno porte decorrentes das atividades de instalação e manutenção da rede lógica, recomenda-se a adoção de práticas de descarte ambientalmente adequado, mediante encaminhamento a pontos de coleta específicos, programas de logística reversa ou empresas especializadas, evitando o descarte irregular e prevenindo riscos de contaminação ambiental. Além disso, a priorização de materiais de maior durabilidade e qualidade técnica contribui para a redução da geração de resíduos ao longo do tempo, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental da contratação.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (Art. 18 § 1º inciso XIII)

16.1. Nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, declara-se a contratação viável, considerando a análise técnica, financeira e ambiental realizada, os benefícios identificados durante o estudo e os objetivos estratégicos da SEMUSA.

17. RESPONSÁVEIS

17.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário local no sistema de processo eletrônico ATHUS da Prefeitura de Buritis, Rondônia.

Buritis-RO, 12 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:

Amini Dabi Da Silva

Portaria Interna Nº 01/SEMUSA/2026

Revisado por:

Cristiano Bianques Campos Silva

Portaria Interna Nº 01/SEMUSA/2026-

Autorizado por:

*Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br*





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Alan Rezende Damaceno

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 15.788/GAB/PMB/2025

*Rua Ibiara Esquina com Avenida Porto Velho, nº. 1534 Setor 03, Buritis - RO.
Fone/Fax (69) 3238 3164 – CEP: 76.880-000
semusa@buritis.ro.gov.br*





PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **CRISTIANO BIANQUES CAMPOS SILVA**,
CPF: 063.78*. **6-9 em 12/02/2026 13:54:42, Cód. Autenticidade da Assinatura:
1395.3H54.742W.W04K.1457, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ALAN REZENDE DAMACENO -**
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, CPF: 020.20*. **2-7 em 12/02/2026 13:36:24,
Cód. Autenticidade da Assinatura: **1380.3V36.024A.255E.1705**, com fundamento na Lei
Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **AMINI DABI DA SILVA**, CPF: 023.36*. **2-3
em 12/02/2026 12:34:22, Cód. Autenticidade da Assinatura:
12W2.5X34.122V.6126.4433, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.99F.5F1** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**.

Elaborado por **AMINI DABI DA SILVA**, CPF: 023.36*. **2-3, em 12/02/2026 - 12:34:22

Código de Autenticidade deste Documento: 1273.4V34.3223.K864.4547

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>



ORÇAMENTO

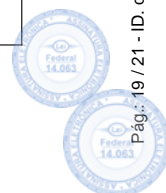
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.	Canaleta em PVC rígido para passagem de cabos, dimensões mínimas 20 mm x 10 mm ou superiores, barras em comprimento padrão comercial 2m, tampa removível por encaixe, cor branca, material autoextinguível e resistente à umidade, para instalações aparentes de rede elétrica e lógica.	METROS	300	8,00	2.400,00
2.	Tomada RJ45 fêmea: Padrão da tomada: RJ45 – Categoria 6 (Cat.6) Tipo: Conjunto montado (placa + módulo) Formato: 4×2 Quantidade de pontos: 01 ponto de rede Cor: Branca Material: Termoplástico de alta resistência, autoextinguível Fixação: Parafusos padrão para caixa 4×2	UND	40	50,00	2.000,00
3.	Conector RJ45 Vazado Pass-Through, Cat5e/Cat6, 8P8C, Transparente. Padrões: T568A e T568B	UND	1000	2,00	2.000,00
4.	CABO DE REDE CAT5E * CABO PARA REDE, COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: * CABO U/UTP CAT5E PARA USO EM APLICAÇÕES FAST ETHERNET (100BASE-TX, 100BASE-T4), GIGABIT ETHERNET (1000BASE T), ATM -155 (UTP), 10BASE-T, * TOKEN RING.	CAIXA	03	1.000,00	3.000,00



	<p>* SER CONSTITUÍDO POR 4 PARES DE CONDUTORES SÓLIDOS 24AWG DE COBRE</p> <p>* ATENDER AS NORMAS: ANSI/TIA - 568.2-D, ANATEL, ABNT NBR 14703, 14705, 14565, IEC 60332-3-25</p> <p>Retardância a Chama, IEC 61034</p> <p>Densidade de Fumaça e toxidez dos gases, NBR 12139</p> <p>* PRODUTO DEVERÁ SER HOMOLOGADO PELA ANATEL</p> <p>* POSSUIR REVESTIMENTO EXTERNO LSZH (LOW SMOKE ZERO HALOGEN)</p> <p>* SER COMPATÍVEL COM POE (IEEE 802.3af) e PoE+ (IEEE 802.at),</p> <p>• NÃO SERÁ ACEITO CABO COM CONDUTOR COMPOSTO TIPO CABO CFTV</p> <p>* DEVERÁ SER ENTREGUE EM CAIXA COM 305 METROS</p>				
5.	Fita adesiva dupla face, material em espuma, acrílica ou equivalente, largura mínima 12 mm, comprimento mínimo 2 m por rolo, alta aderência em superfícies lisas (PVC, metal, madeira e alvenaria), uso interno, cor branca ou transparente.	ROLO	20	15,00	300,00
6.	Alicate cabo de rede Alicate Multifuncional Crimpagem Vazado Rj45/rj11/12 Cat7 Ajuste para categorias entre Cat7 e Cat6E / Cat5E	UND	02	150,00	300,00



	Modelos de conectores RJ45 / RJ12 / RJ11 de 4, 6 ou 8 vias Compatibilidade com conectores de passagem com a frente vazada Compatibilidade com conectores padrão Acabamento antiderrapante Lâminas de corte Descasca o revestimento externo Material: Plástico + metal Medidas do produto: 135 x 67 x 25mm				
7.	Fonte de alimentação AC/DC, do tipo chaveada, bivolt automático (100–240 V~), frequência de entrada 50/60 Hz, saída 9 V DC, corrente mínima 3 A, polaridade positiva no centro, conector tipo P4 5,5 mm × 2,1 mm, destinada a uso interno, com estabilidade de tensão compatível com equipamentos eletrônicos sensíveis, baixo ripple e ruído, incluindo proteções de sobrecorrente/curto-circuito e em conformidade com normas de segurança elétrica aplicáveis.	UND	20	50,00	1.000,00
8.	Tipo: Tomada de dados RJ45 Cat.6, Instalação: Sobrepor, Aplicação: Rede lógica / dados, Material: Termoplástico, Cor: Branca. Conjunto de sobrepor para ponto de rede de dados, contendo 01 (uma) tomada RJ45 Categoria 6 (Cat.6), para instalações aparentes. Fabricado em material termoplástico de alta resistência, cor branca, com acabamento liso. Compatível com cabos de rede Cat.6, adequado para aplicações Ethernet em redes estruturadas. Sistema de fixação por encaixe, com entradas para canaletas. Produto novo, de primeiro uso, em	UND	40	50,00	2.000,00



	conformidade com as normas técnicas vigentes.				
9.	<p>Testador e Localizador de Cabos RJ45 e RJ11:</p> <p>Equipamento portátil para teste e identificação de cabos de rede e telefonia, compatível com conectores RJ45 e RJ11. Indicado para verificação de continuidade, sequência de fios e detecção de falhas como curto, aberto ou ligação incorreta. Possui indicadores luminosos (LED) para diagnóstico visual. Alimentação por pilhas ou bateria. Produto novo, de primeiro uso, conforme normas vigentes.</p> <p>Aplicação: Manutenção e instalação de redes de dados e telefonia.</p> <p>CONTEÚDO DA EMBALAGEM</p> <p>Transmissor '</p> <p>1 Receptor</p> <p>1 Baterias de 9V</p> <p>1 Conectores "Jacaré" Cabo com plug RJ45</p> <p>1 Cabo com plug RJ11</p> <p>1 Estojo de transporte</p> <p>1 Manual de usuário</p>	kit	02	300,00	600,00
10.	<p>Alicate:</p> <p>Especificações Técnicas:</p> <p>Tipo: Alicate de inserção por impacto (Punch Down).</p> <p>Compatibilidade:</p> <p>Conectores fêmea RJ45, keystone e patch panel para redes de dados. Função: inserção dos condutores nos terminais IDC e corte do excesso de fio em um único movimento. Compatível com cabos UTP e FTP das categorias Cat5e e Cat6.</p>	UND	02	100,00	200,00



EMPRESA : LAPTOP COM. PROD. INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 34.770.156/0001-73

ENDEREÇO: AV. CANAA 3000

TELEFONE: (69)35353811

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 180 DIAS

DATA DA PESQUISA : 11 DE FEVEREIRO DE 2026

ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA





PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

THIAGO ALVES DE SOUSA -
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E
CONTRATAÇÕES

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **THIAGO ALVES DE SOUSA - SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**, CPF: 010.76*. **2-*9 em **28/04/2026 16:02:43**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 16K2.2W02.1438.4047.4801, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.D4B.216** - Tipo de Documento: **AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA**.

Elaborado por **THIAGO ALVES DE SOUSA**, CPF: 010.76*. **2-*9 , em **28/04/2026 - 16:02:43**

Código de Autenticidade deste Documento: 1638.0302.6432.W164.7273

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>

